

Dia 27.06.2022 (2ª Sessão Extraordinária Remota) – Matéria em Pauta composta do Parecer nº 102/2022 da Comissão de Constituição e Justiça; Parecer nº 081/2022 da Comissão de Finanças e Orçamento; Parecer nº 055/2022 da Comissão de Administração Pública e Parecer nº 078/2022 da Comissão de Redação Final, que foram aprovados por unanimidade de votos – Assunto: Projeto de Lei nº 033/2022 - Institui o “Dia Municipal do Batedor Artesanal de Açai” no âmbito do Município de Ananindeua, Estado do Pará, e dá outras providências, de origem do Poder Executivo, que foi aprovado por unanimidade de votos – em primeira votação; Parecer nº 103/2022 da Comissão de Constituição e Justiça; Parecer nº 082/2022 da Comissão de Finanças e Orçamento; Parecer nº 006/2022 da Comissão de Comissão de Saúde, Proteção Social e Trabalho e Parecer nº 079/2022 da Comissão de Redação Final, que foram aprovados por unanimidade de votos – Assunto: Projeto de Lei Complementar nº 047, 24 de Junho de 2022, Dispõe sobre as hipóteses de regras de transição de aposentadoria, aposentadoria especial por exposição a agentes nocivos prejudiciais à saúde e do servidor com deficiência, critério de cálculo da aposentadoria compulsória e aposentadoria por incapacidade permanente dos servidores públicos municipais, vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, e dá outras providências, de origem do Poder Executivo, que foi aprovado por unanimidade de votos – em primeira votação; Parecer nº 101/2022 da Comissão de Constituição e Justiça; Parecer nº 080/2022 da Comissão de Finanças e Orçamento; Parecer nº 054/2022 da Comissão de Administração Pública e Parecer nº 077/2022 da Comissão de Redação Final, que foram aprovados por unanimidade de votos – Assunto: Projeto de Lei Complementar nº 048, 24 de Junho de 2022, Dispõe sobre a Autorização do parcelamento e/ou reparcelamento de débitos do Município de Ananindeua/PA com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS previsto no artigo 115 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal, e dá outras providências, de origem do Poder Executivo, que foi aprovado por unanimidade de votos – em primeira votação; Parecer nº 100/2022 da Comissão de Constituição e Justiça; Parecer nº 079/2022 da Comissão de Finanças e Orçamento; Parecer nº 053/2022 da Comissão de Administração Pública e Parecer nº 076/2022 da Comissão de Redação Final, que foram aprovados por unanimidade de votos – Assunto: Projeto de Lei nº 049, 24 de Junho de 2022, Dispõe sobre a Regulamentação do art. 8º da Lei Federal 11.079 de 2004 e autoriza a vinculação das receitas advinda do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em contratos de Parceria Público-Privada, e dá outras providências, de origem do Poder Executivo, que foi aprovado por unanimidade de votos – em primeira votação.